Emprego industrial e produtividade: Novos resultados, velha controvérsia

Regis Bonelli*

1. APRESENTAÇÃO

Esta nota está dividida em seis curtas seções, além dessa introdutória. As cinco seguintes analisam resultados de tabulações dos dados da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais e do CAGED – Cadastro de Emprego e Desemprego, ambos do Ministério do Trabalho e Emprego, segundo diferentes exercícios, na seguinte forma. Na seção 2 resumimos resultados de pesquisa recente de J. Sabóia, que chamou nossa atenção pelas importantes conclusões e pelas implicações quanto às questões do emprego e da desconcentração industrial na década de 90. Na terceira seção exploramos implicações de alguns resultados da pesquisa citada, especialmente quanto à evolução dos ganhos de produtividade industrial nesta década. Na seção 4 repetimos os exercícios da terceira seção para um sub-período no interior daquele analisado na seção 2 (dezembro de 1995 a dezembro de 1997). Na quinta replicamos o mesmo exercício com dados para o período mais recente possível (junho de 1997 a junho de 1999). Na sexta refizemos o exercício original de Sabóia relacionado às tendências da desconcentração industrial para dois biênios: dezembro de 1995 a dezembro de 1997 e junho de 1997 a junho de 1999 com a finalidade de checar a validade de suas conclusões em períodos mais recentes. A última seção sublinha as conclusões e apresenta comentários de caráter especulativo para explicar determinados resultados.

2. TENDÊNCIAS DA DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL: RESULTADOS DE PESQUISA DE J. SABÓIA

João Sabóia, do Instituto de Economia da UFRJ, divulgou recentemente resultados de pesquisa em andamento com interessantes conclusões sobre as tendências da localização e do emprego industrial no Brasil na década em curso[1]. Partindo de tabulações da RAIS, Sabóia organizou os dados referentes ao emprego industrial[2] segundo municípios brasileiros, agrupando-os por microrregiões, estados e grandes regiões geográficas, em duas datas: 31 de dezembro de 1989 e 31 de dezembro de 1997[3]. O objetivo principal do seu trabalho é o de avaliar se houve desconcentração da atividade industrial no período entre as datas escolhidas. A resposta, a julgar pelo desempenho da variável pesquisada, é um sonoro sim. Além disso, como "a evidência empírica aponta no sentido de uma menor heterogeneidade dos diferenciais de produtividade na indústria"[4], o autor deduz que a desconcentração diagnosticada quanto ao emprego aplica-se também à produção.

Entre as diversas conclusões importantes do trabalho, destacamos as seguintes[5]:

(i) o Estado de São Paulo ainda respondia pela expressiva parcela de 39,57 % do emprego industrial brasileiro em 1997 – mas em 1989 essa proporção havia sido de 45,66 %;

(ii) as variações do nível de emprego industrial diferiram substancialmente por estados e regiões;

(iii) o Rio de Janeiro foi o Estado da Federação que mais perdeu postos de trabalho, em termos percentuais, secundado por Pernambuco e Amazonas; São Paulo foi o quarto Estado em termos do percentual de diminuição do emprego;

(iv) a única região brasileira em que aumentou o nível de emprego industrial foi a Centro - Oeste (+ 46,7 % acumulados, no período de oito anos analisado), na qual todos os estados e o DF ganharam postos de trabalho;

(v) nas principais regiões industrializadas, Sul e Sudeste, apenas no Paraná houve

---

* Pesquisador Associado do IPEA. Agradeço à estagiária Renata Penna Monte Razo pelo auxílio na preparação das tabelas do texto e anexos.

1 Ver "Desconcentração Industrial no Brasil nos Anos 90 – Um Enfoque Regional", documento em versão preliminar, sem data.

2 Os dados referem-se ao emprego formal na Indústria de Transformação e na Indústria Extrativa Mineral, conforme registrado pelas empresas informantes.

3 1997 foi escolhido por ser o ano mais recente para o qual existem dados da RAIS. 1989 o foi por representar o final da década de 80.

4 Sabóia, op. cit., p. 2. O autor cita como base para essa afirmativa uma pesquisa do BNDES/CNI/SEBRAE, Indicadores de Qualidade e Produtividade da Indústria Brasileira – 1997. Rio de Janeiro, 1998.

5 No que se segue centraremos os comentários nos resultados relativos à variável emprego, unicamente. O texto de Sabóia analisa outras variáveis, além do nível de emprego.

aumento do emprego industrial (+9,3% acumulados no período);

(vi) a redução relativa do emprego nas regiões Norte (–19,0 %) e Nordeste (–17,3%) foi menor do que no Sudeste (–30,7%) — mas maior do que no Sul (–10,0%);

(vii) dentro de cada estado, as quedas do nível de emprego foram sistematicamente maiores nos municípios das capitais do que nos demais municípios[6], havendo vários casos em que o emprego caiu na capital mas aumentou nos demais municípios;

(viii) isso mostra claramente uma mudança da atividade industrial em direção ao interior de cada estado – ou, pelo menos, para municípios outros que não o da capital .

Sabóia registra, a partir de sua análise, o surgimento de um fenômeno novo, que é descrito, em suas palavras, da seguinte forma:

"... forte aumento no número de pequenas aglomerações industriais (entre 5 e 10 mil empregos) na maior parte dos Estados, sugerindo a existência de um novo modelo em gestação ... diferentemente das grandes aglomerações, nas pequenas e médias aglomerações industriais houve muitos casos de crescimento do emprego na década. Entre as pequenas aglomerações, inclusive, houve mais casos de crescimento do que de queda do emprego, confirmando seu dinamismo" (p. 7).

Nunca será demais enfatizar a importância dessas conclusões para a interpretação do desempenho industrial recente no Brasil. Mas os resultados de Sabóia também fornecem, além disso, qualificações para os aumentos nas taxas de desemprego que, como se sabe, são estimadas para determinadas regiões metropolitanas[7] tanto por estatísticas oficiais como por estatísticas de fontes não governamentais[8].

Um ponto importante, mas freqüentemente esquecido, é que essas regiões são precisamente aquelas em que, de acordo com os dados analisados, mais diminuiu o emprego industrial nesta década, em contraposição a outras, não pesquisadas pelos órgãos que se dedicam ao cálculo das taxas de desemprego. A implicação disso é que, se essas regiões não pesquisadas o fossem, o registro do desemprego na atual década teria sido menos cruel do que normalmente se aceita como verdadeiro. Assim, a análise de Sabóia permite, se não uma pitada de otimismo quanto à avaliação das taxas correntes de desemprego em nosso país, pelo menos importantes qualificações – para dizer o mínimo.

3. EMPREGO INDUSTRIAL E PRODUTIVIDADE: O QUE SE PODE INFERIR DOS RESULTADOS DE SABÓIA?

Mas a história não termina aqui, pois há um aspecto pessimista associado aos dados do seu artigo. O mais importante, em nosso entender, refere-se às implicações dos resultados para as estimativas de produtividade da mão de obra industrial. Isso porque os dados da RAIS organizados por Sabóia contam uma história da evolução do emprego industrial – e, portanto, da produtividade – muito diferente da que se pode inferir das estatísticas do IBGE[9].

A tabela 1 ajuda a esclarecer este ponto. Ela compara os dados da RAIS organizados por Sabóia com resultados do IBGE[10]. Saltam aos olhos, do exame da tabela, as enormes diferenças nas taxas de decréscimo do emprego industrial (Indústria de Transformação e Extrativa Mineral, ou Indústria Geral) entre as duas fontes de dados. A diferença é particularmente notável no caso de Minas Gerais e, em menor medida, no Sul e no Nordeste. Em relação ao total do país, a RAIS estima um decréscimo de cerca de 23% no emprego industrial entre dezembro de 1989 e dezembro de 1997, enquanto segundo os resultados do IBGE essa redução teria sido de quase o dobro: 42 %!

Em ambos os casos trata-se do nível de emprego formal, obtido diretamente das empresas informantes. Mas no primeiro levantamento, universal para as empresas existentes em 31/12 de cada data pesquisa-

6
Há apenas três exceções: Paraíba, Minas Gerais e Santa Catarina.

7
Além dos resultados para os municípios das capitais, Sabóia também os apresenta para as principais microrregiões, que freqüentemente se confundem, no caso das capitais dos estados, com as regiões metropolitanas (afora pequenos municípios, na maior parte dos casos). As conclusões referentes às microrregiões das capitais – logo, regiões metropolitanas – são idênticas às relativas aos municípios das capitais.

8
Lauro Ramos, do IPEA, chama atenção, no entanto, para o fato de que a contribuição da indústria para o desemprego nas regiões metropolitanas vem diminuindo muito nesta década.

9
Sabóia e Ricardo Tolipan investigaram a representatividade dos dados da RAIS para a indústria, comparativamente ao Censo Industrial de 1980 do IBGE, em artigo de 1985. Concluíram que a cobertura em relação à indústria é boa. Ver seu "A relação anual de informações sociais (RAIS) e o mercado formal de trabalho no Brasil: uma nota", em Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 15, n. 2, Agosto, onde se conclui: "... os dados para o conjunto da indústria extrativa mineral e de transformação, baseados em informações do Censo Industrial e da RAIS em 1980, apresentam um grau de coerência bastante satisfatório, especialmente nas regiões mais desenvolvidas, o que justifica amplamente a utilização da RAIS para estudos sobre o mercado formal de trabalho na indústria" (p. 455).

10
Tabulações da PIM-DG, Pesquisa Industrial — Dados Gerais, IBGE. A variável escolhida para representar o emprego industrial é o Pessoal Ocupado na Produção nos meses de dezembro de 1989 e dezembro de 1997.

Tabela 1: Variação acumulada no emprego industrial – Dezembro de 1989 a Dezembro de 1997 (%)

Estados, Regiões e Total	RAIS	IBGE
São Paulo	– 33,6	– 44,8
Rio de Janeiro	– 43,1	– 49,3
Minas Gerais	– 4,5	– 40,8
Região Sul	– 10,0	– 33,5
Região Nordeste	– 17,3	– 44,3
Total Brasil	– 23,4	**– 42,4**

Fontes: Coluna RAIS: Sabóia; Coluna IBGE: PIM – DG.

Tabela 2: Taxas de variação acumulada e média anual na produtividade industrial, Dezembro de 1989 a Dezembro de 1997 (total e média anual em %)

Estados, Regiões e Total	Usando dados de emprego da RAIS	Usando dados de emprego do IBGE
São Paulo	46,25 (4,87 @)	75,75 (7,30 @)
Rio de Janeiro	77,55 (7,44 @)	99,20 (9,00 @)
Minas Gerais	19,64 (2,27 @)	92,94 (8,56 @)
Região Sul	39,68 (3,40 @)	76,81 (7,38 @)
Região Nordeste	28,39 (3,17 @)	90,68 (8,40 @)
Total Brasil	**34,49 (3,77 @)**	**78,87 (7,54 @)**

Fontes: Tabela 1, coluna 'RAIS', e PIM – PF, Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal; @ = ao ano.

da, as estatísticas referem-se ao emprego industrial total. Já em relação à segunda pesquisa, em que as estimativas são obtidas por amostragem (mas também diretamente dos informantes), os dados referem-se ao pessoal ocupado na produção – excluindo, portanto, os demais postos nas fábricas. Portanto, uma explicação para a discrepância de resultados poderia estar na diferença de conceituação da variável emprego entre as duas pesquisas.

O problema é que, se assim fosse, a queda segundo a RAIS deveria ter sido maior do que a registrada pelo IBGE. Pois, supostamente, a maior parte da redução do emprego industrial na década de 90 atingiu precisamente a parcela da mão de obra não pesquisada por esta última instituição, por não constituir 'pessoal ocupado na produção': os empregos nas áreas fabris ligados à administração, contabilidade e finanças, manutenção, segurança, transportes, portaria, limpeza, etc. Estes postos de trabalho é que foram, claramente, objeto principal da 'terceirização' de tarefas associadas à produção manufatureira que constitui um traço dos mais marcantes do desempenho da atividade industrial nesta década. Ou, pelo menos, isto é o que afirma a sabedoria convencional.

Temos aqui, portanto, uma divergência de resultados que não parece ser de fácil explicação. As histórias que podem ser contadas a partir das duas séries de dados mencionadas são muito diferentes. Além disso, como já dissemos, têm diferentes implicações para a avaliação dos ganhos de produtividade industrial nesta década. Isto porque a indústria brasileira teria experimentado ganhos excepcionais de produtividade (a rigor, relação entre produção física e nível de emprego, ou volume de horas pagas na produção) nos anos 90 quando a análise se baseia nos dados das pesquisas industriais mensais do IBGE. Mas, e se os resultados de emprego da RAIS forem combinados aos de produção do IBGE para medir a variação da produtividade? A tabela 2 fornece a resposta.

Como seria de se esperar, os ganhos de produtividade são muito menores quando os dados de emprego da RAIS são utilizados. No Rio de Janeiro a diferença não parece ser muito grande. Ainda assim, a taxa acumulada de variação da produtividade calculada com os dados da RAIS é cerca de 80% da calculada com os dados do IBGE. Já em São Paulo a diferença entre as duas estimativas aumenta um pouco: a taxa acumulada calculada com os dados da RAIS é cerca de 40% inferior à calculada pelo IBGE.

Mas observe que em alguns estados e regiões as diferenças são espetaculares. Em Minas Gerais, por exemplo, o aumento acumulado da produtividade teria sido da ordem de 92,9% (ou 8,6% ao ano), quando se usam as pesquisas do IBGE. As estimativas a partir dos dados de emprego da RAIS sugerem um ganho muito mais modesto, de cerca de 19,6 % acumulados, apenas (ou 2,3% ao ano, em média). Nas regiões Nordeste e Sul o mesmo ocorre, sendo que as taxas médias obtidas da pesquisa da RAIS fornecem estimativas de 3,2 e 3,4% anuais, respectivamente, contra 8,4 e 7,4% ao ano obtidas com as pesquisas do IBGE. O resultado para o total do país é de taxas da ordem da metade: 3,8% anuais contra 7,5%. De taxas espetaculares, como se pensava, chega-se a aumentos da produtividade que, embora expressivos, não são particularmente notáveis.

Tabela 3: Taxas de variação acumulada do emprego e da produtividade industrial, Dezembro de 1995 a Dezembro de 1997 (total e média anual em %)

Estados, Regiões e Total	Emprego Industrial		Produtividade	
	Dados RAIS	Dados IBGE	Dados RAIS *	Dados IBGE
São Paulo	– 9,41	– 18,05	13,85 (6,70@)	25,84 (12,18@)
Rio de Janeiro	– 12,76	– 21,11	32,76 (15,22@)	46,80 (21,16@)
Minas Gerais	– 3,00	– 6,67	12,80 (6,21@)	17,25 (8,28@)
Região Sul	– 0,18	– 8,36	8,14 (3,99@)	17,80 (8,54@)
Região Nordeste	0,14	– 11,91	4,68 (2,31@)	19,01 (9,09@)
Total Brasil	**– 4,00**	**– 14,36**	**8,99 (4,40@)**	**22,17 (10,53@)**

Fonte: RAIS, 1995 e 1997 e IBGE, PIM – PF, Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal; @ = ao ano.

Tabela 4: Taxas de variação acumulada do emprego e da produtividade industrial, Junho de 1997 a Junho de 1999 (total e média anual em %)

Estados, Regiões e Total	Emprego Industrial		Produtividade	
	Dados RAIS	Dados IBGE	Dados RAIS *	Dados IBGE
São Paulo	– 8,96	– 18,53	2,48 (1,23@)	14,51 (7,01@)
Rio de Janeiro	– 5,74	– 16,61	16,24 (7,82@)	31,39 (14,62@)
Minas Gerais	– 1,75	– 19,47	– 0,40 (–0,20)	21,51 (10,23@)
Região Sul	– 3,56	– 15,01	5,26 (2,59@)	19,44 (9,29@)
Região Nordeste	– 3,48	– 14,69	9,76 (4,77@)	25,06 (11,83@)
Total Brasil	**– 5,41**	**– 17,43**	**2,28 (1,14@)**	**17,17 (8,24@)**

Fonte: Ver texto; * obtido combinando-se as estimativas de variação da produção industrial (IBGE/PIM–PF) com os dados de variação do emprego do CAGED/RAIS (coluna 1); @ = ao ano.

A implicação disso é que, se aceitarmos as estimativas de variação do emprego da RAIS, a história do desempenho da produtividade industrial brasileira na atual década terá que ser substancialmente revista. Este é um tema que, como se sabe, está mais carregado de controvérsia do que de fundamentação empírica. Vale a pena aprofundar um pouco a análise.

4. EMPREGO E PRODUTIVIDADE SEGUNDO A RAIS: DEZEMBRO DE 1995 A DEZEMBRO DE 1997

Uma explicação possível para as divergências nas séries de emprego nos foi sugerida por Sheila Najberg, do BNDES, que alerta para o fato de que: (i) a cobertura da pesquisa da RAIS aumentou substancialmente no período em tela (final de 1989 ao final de 1997); (ii) até meados dos anos 90 havia grande número (além de número muito variável) de empregos na categoria 'não classificados' da RAIS; (iii) em 1995 a classificação de atividades da RAIS sofreu alterações.

Qualquer um desses fatores pode ter contribuído para alterar a comparabilidade dos resultados de emprego no período analisado – embora também seja provável que as alterações tenham sido pequenas em um setor de emprego formal como a indústria, concentrado nas regiões metropolitanas e municípios das capitais, onde as dificuldades de classificação e cobertura não devem ter sido muito grandes[11].

Mas o ponto importante é que é impossível determinar com precisão a importância desses fatores para explicar as diferenças entre os resultados das duas séries de dados. O que se pode fazer é replicar o exercício feito anteriormente com dados para períodos mais recentes, nos quais estes fatores de diferença teriam tido menos importância, de modo a verificar se as divergências persistem.

Neste sentido, a análise seguinte refaz o exercício anterior utilizando os dados referentes aos meses de dezembro de 1995 e de 1997[12]. O Anexo 1 detalha a informação básica utilizada para o cálculo do emprego segundo a RAIS. Os dados de emprego e as estimativas de produtividade resultantes estão na tabela 3.

Como se pode observar na tabela, as divergências persistem – embora, como é óbvio, menos acentuadas, dadas as diferenças nos períodos de tempo. No caso dos resultados para o total do país os dados da RAIS registram uma redução de 4% no emprego industrial enter fins de 1995 e de 1997, ao passo que segundo o IBGE tem-se uma queda de pouco mais de 14 %. Nas regiões Sul e Nordeste a RAIS registra relativa estabilidade no nível de emprego entre as datas consideradas; os dados do IBGE registram quedas de 8 e 12 %, respectivamente. Em Minas a diferença é menor: – 3% segundo a RAIS, – 6% segundo o IBGE. Mas no Rio e em São Paulo as diferenças são muito grandes.

11 Essa qualificação me foi sugerida por Sabóia e confirmada por A. Arias, da DATAMEC. Ver adiante.

12 Registramos sinceros agradecimentos a Luiz Parreiras, do IPEA, pela gentileza de elaborar e fornecer os dados de emprego usados a partir deste ponto nesta nota.

Como resultado dessas divergências, as estimativas de produtividade também diferem substancialmente. Note, no entanto, que qualquer que seja a estimativa de variação do emprego adotada, os ganhos de produtividade no Rio de Janeiro foram imensos. Isto se deve mais à Extrativa Mineral do que à Indústria de Transformação, como se sabe. A taxa média anual no biênio considerado é de 10,5% quando se usam os dados do IBGE, havendo pouca dispersão entre estados e regiões (exceto o Rio), tendo variado entre 8,3% anuais em Minas Gerais e 12,2% ao ano em São Paulo.

Note que mesmo com o uso dos dados da RAIS os ganhos de produtividade são expressivos embora, como já ressaltado, de magnitude muito menor: teriam variado de 2,3% ao ano no Nordeste a 15,2% anuais no Rio de Janeiro, em torno de uma média nacional de 4,4% ao ano.

Deduz-se, do anterior, que as diferenças de registro nos dados da RAIS acima mencionadas não parecem ter invalidado, em linhas gerais, as conclusões anteriores, quando se estudou o período de dezembro de 1989 a dezembro de 1997.

5. EMPREGO E PRODUTIVIDADE: RESULTADOS PARA O PERÍODO JUNHO DE 1997 A JUNHO DE 1999

Essa última conclusão justifica uma extensão do exercício para períodos mais recentes. Neste sentido, o passo seguinte, consistiu em atualizar a análise para os meses de junho de 1997 e junho de 1999.[13] Os dados de emprego e as estimativas de produtividade resultantes estão na tabela 4.

Novamente, os resultados impressionam pelas diferenças entre as estimativas de emprego – e logicamente, de produtividade – das duas fontes. Segundo os resultados derivados da combinação da PIM–DG e da PIM–PF do IBGE, a produtividade industrial brasileira teria aumentado de cerca de 17% acumulados no biênio transcorrido entre junho de 1997 e o mesmo mês de 1999. Todas as taxas regionais/estaduais calculadas são muito altas, variando de 14,5% em São Paulo a 31,4% no Rio de Janeiro[14].

Já os dados da RAIS indicam reduções muito menores no emprego industrial: para o total do país a RAIS estima uma redução de 5,4% no emprego; o IBGE calcula uma perda de 17,4%! Daí resultam diferenças marcantes nas estimativas de produtividade. Como se observa a partir da tabela, o caso mais notável é o de Minas Gerais, em que a estimativa usando a RAIS é de variação acumulada praticamente nula, ao passo que pelos dados do IBGE tem-se 21,5% no biênio!

Mas divergências acentuadas caracterizam os demais estados/regiões: em São Paulo a taxa acumulada estimada pela RAIS é de cerca de 1/6 da taxa estimada pelo IBGE; no Rio, cerca da metade. Para o total do país, cerca de 1/7.

A conclusão é que, aparentemente, não se trata de problemas inerentes à RAIS/CAGED, de cobertura e/ou de classificação.[15] Mais uma vez, são resultados controversos, com implicações para a interpretação do desempenho industrial brasileiro recente muito distintas das usualmente aceitas. Em particular, se a evolução da produtividade não foi tão favorável como sugerido pelas análises que utilizam apenas os dados do IBGE, uma implicação é que a competitividade-custo da produção industrial pode não ter sido tão favorável como estimado por diversos autores, inclusive nós mesmos[16], ao estimarmos a competitividade da indústria pelo custo unitário da mão de obra a partir dos dados combinados da PIM-DG e da PIM-PF do IBGE. Isso poderia, inclusive, ajudar a explicar porque as exportações de manufaturados não reagiram no biênio 1997-98, dadas os supostamente elevadíssimos ganhos de produtividade observados. Mas não insistiremos mais neste ponto – pelo menos até que novas evidências sejam disponíveis .

6. TENDÊNCIAS DA DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL, 1995/1997 E 1997/1999

Mas, o que dizer das tendências da desconcentração do emprego industrial nos últi-

---

13
A estimativa dos níveis de emprego foi feita a partir dos resultados da RAIS de 1997 (estoque de empregados), subtraindo-se e adicionando-se os fluxos mensais de admissões, líquidas de desligamentos, pesquisados pelo CAGED – Cadastro de Emprego e Desemprego, ao estoque de dezembro de 1997, para trás até junho de 1997 e para a frente até junho de 1999 (último mês disponível). O uso do mesmo mês (junho) para comparação em 1997 e 1999 minimiza os problemas de sazonalidade do emprego e da produção industrial.

14
Note que, como a variância das taxas de redução do emprego é menor, as diferenças na variação da produtividade refletem mais diferenças na variação da produção física: em torno da média nacional de – 3,25% distribuem-se taxas de variação negativas para São Paulo (–6,71%) e Minas Gerais (–2,15%) e taxas positivas para a região Sul (1,51%), Nordeste (5,94%) e para o estado do Rio de Janeiro (9,57%).

15
Em conversas com Alfonso Arias, técnico da DATAMEC e especialista na RAIS, confirmamos, no entanto, que a cobertura da RAIS não só não é universal – embora seja muito boa para a indústria – mas, também, que para o CAGED, a cobertura é menor – embora também elevada. É impossível determinar com precisão a magnitude do viés em que se pode estar incorrendo, especialmente para períodos muito extensos e na junção de resultados das duas fontes, RAIS e CAGED. Agradecemos a Arias a oportunidade de termos discutido estes aspectos. Isso sugere cautela adicional na leitura e interpretação dos resultados dessa comparação entre junho de 1997 e junho de 1999.

16
Ver, por exemplo, "Competitividade da Indústria nos Anos 90", R. Bonelli e R. Fonseca, Revista Brasileira de Comércio Exterior, FUNCEX, n. 55, abril-junho de 1998, Rio de Janeiro.

mos anos, quando se separam as capitais e regiões metropolitanas do restante dos estados, ainda segundo a RAIS e o CAGED? Presumivelmente, neste caso os vieses de diferença de cobertura têm menos importância. As tabelas dos Anexos 1 e 2 fornecem elementos para a resposta.

Começando com os dados da RAIS de dezembro de 1995 e 1997, confirmam-se as conclusões de Sabóia, já apontadas: para todas as regiões do Brasil – e para o total, obviamente – o crescimento do emprego fora da capital (ou RM, conforme o caso) supera o da capital. Ou, nos casos em que houve redução do emprego, a redução é sistematicamente maior na capital do que no interior, com raríssimas exceções. Se não, vejamos.

Em São Paulo o nível de emprego diminuiu, no biênio dezembro de 1995 a dezembro de 1997, em 12,9% na RM e em 4,8% fora dela, isto é, no interior. No Rio de Janeiro o nível de emprego diminuiu, no biênio, em 13,5% na RM e em 10,8% fora da região metropolitana. Na região Sul houve redução de 4,1% nas capitais e aumento de 1,5% no interior – sendo que em Santa Catarina, como exceção, houve aumento na capital e redução no interior. Outra exceção é Minas Gerais, em que o emprego na região metropolitana de Belo Horizonte aumentou de 1,4% ao passo que no interior aumentou 3,8%. Como resultado dessas variações, o emprego nas RM e capitais das regiões Sul e Sudeste (que detinham, no todo, cerca de 82% do emprego industrial brasileiro em fins de 1997) declinou cerca de 10% entre dezembro de 1995 e dezembro de 1997 – mas nos demais municípios dessas duas regiões diminuiu apenas 1,5%.

Na região Nordeste a diminuição do emprego industrial nas capitais e RM das capitais foi de apenas 0,7%. No interior houve aumento de 1%, o que fez com que o nível de emprego fora das capitais praticamente igualasse o das capitais no final do período analisado[17].

Na região Centro – Oeste, por sua vez, aumentou o nível de emprego tanto nas capitais quanto no interior – mas muito mais nos municípios respectivos: 9,5% contra 24,8%! A região Norte, finalmente, embora com taxas mais modestas do que o Centro - Oeste, apresentou a mesma tendência: +0,5% nas capitais e +10,7% no interior.

Passando em seguida à análise dos dados do biênio mais próximo, junho de 1997 a junho de 1999, um primeiro comentário destaca-se por interessante em si mesmo: da tabela referente ao total do Brasil mostrada no Anexo 2 nota-se que o emprego industrial nas 10 regiões metropolitanas (RM) e nos demais municípios das capitais é atualmente inferior ao nível de emprego no 'interior'– isto é, nos demais municípios brasileiros: as proporções em relação ao total são, respectivamente 43,8% e 56,2%.

Em segundo lugar, essa tabela mostra que no último biênio, confirmando o que foi encontrado por Sabóia para o período 1989/1997 e por nossa comparação dos resultados de 1995 com os de 1997, a redução do emprego nas RM e municípios das capitais também foi maior do que no interior (demais municípios): de fato, para a redução total de 5,4% no emprego industrial brasileiro entre junho de 1997 e o mesmo mês de 1999, as RM e demais municípios de capitais contribuíram com -8,2% e o interior com -3,1%.

Os resultados para as regiões geográficas e estados nem sempre são iguais aos do total do país, obviamente. Assim é que na região Norte o emprego nas capitais e RM (no caso, Belém) diminuiu 13,0% no biênio, enquanto no interior da região aumentou 3,4%. No Centro - Oeste, o nível de emprego aumentou muito mais nas capitais (22%) do que no interior (3,3%). Mas já no Nordeste, por exemplo, as capitais e RM tiveram redução de 2,3% no emprego entre os meses analisados; nos demais municípios a queda foi da ordem de 4,7%[18].

É transparente das tabulações que nas demais regiões – especialmente nos estados mais desenvolvidos – essas conclusões são reforçadas. Nem tanto na região Sul, onde o nível de emprego diminuiu 3,6% no biênio, com queda de 5,2% nas capitais e RM e redução de 2,9% no interior[19].

É no Sudeste que, como seria de se esperar, encontra-se a maior parte da explicação para a continuação da tendência de desconcentração acima identificada: queda de cerca de 7,2% no nível de emprego industrial entre os meses de junho de 1997 e de 1999, refletindo redução de 10% nas RM e capitais estaduais e de 4% no interior dos estados da região. O principal responsável por estes resultados é o estado de São Paulo, em que o emprego diminuiu 9,0%, no total, sendo 11,5% na RM da capital e 6,0% nos demais municípios. Já no Rio de Janeiro observou-se

17
Uma exceção notável nessa região é o estado de Pernambuco, em que houve pequeno aumento do emprego na RM (+1,3%) e forte redução no restante do estado (– 21,5%).

18
A quase totalidade da queda é explicada pelos resultados de Pernambuco, onde o nível de emprego caiu 14% no biênio e Alagoas, onde a queda foi de 31%!

19
Note que nesta região a maior parte do emprego industrial (72%) encontra-se fora das RM.

tendência oposta: –5,2% na RM da capital e – 7,1% no interior.

Minas Gerais, em particular, destaca-se dos demais estados industrializados pelas quedas relativamente pequenas nos níveis de emprego no período de tempo estudado: apenas – 1,75% no biênio, com perda de 9,0% na RM de Belo Horizonte e ganho de 1,9% no interior.

Portanto, os dados mais recentes confirmam, no geral, a tendência observada entre fins da década de 80 e 1997 (e entre dezembro de 1995 e dezembro de 1997) quanto à localização do emprego na indústria[20]. esta atividade tem crescentemente se localizado fora das regiões metropolitanas das capitais e dos municípios das capitais. Uma única exceção entre os estados mais industrializados – mas exceção apenas no último biênio – é o estado do Rio de Janeiro[21]. Talvez não por coincidência, trata-se de estado em que a atividade industrial ainda é fortemente concentrada na região metropolitana: cerca de 72% do emprego estadual industrial em junho de 1999. As demais exceções dignas de nota (pelo volume de emprego) são: Santa Catarina (onde o nível de emprego industrial na capital é de apenas 2% do total estadual), Pará, Rio Grande do Norte e Pernambuco

7. CONCLUSÃO

A primeira conclusão é a de que, quanto às tendências de desconcentração do emprego industrial diagnosticadas por Sabóia, as informações para períodos mais curtos do que o por ele analisado confirmam seus achados. Tanto para o biênio 1995/1997 quanto para o biênio 1997/1999 a evidência é bastante clara, persistindo para a grande maioria de estados e regiões brasileiras.

Mas não caracteriza o Rio de Janeiro e alguns poucos estados. Como conciliar este resultado com os dos demais estados? Qual a interpretação factível para as diferenças encontradas? Respostas conclusivas transcendem, de muito, o âmbito dessas notas. Mas é possível especular em torno de determinadas hipóteses. Uma explicação possível para isso poderia estar na própria recessão experimentada depois das crises asiática e russa e pela desvalorização cambial e suas conseqüências (como os aumentos dos juros), que teriam afetado mais profundamente este estado: de fato, São Paulo e o Rio de Janeiro tiveram as duas maiores quedas de emprego industrial entre todos os estados – com a exceção de Pernambuco e Alagoas, já mencionados. A redução do nível de atividade atingiu mais fortemente os estados mais industrializados.

Já as diferenças entre os resultados da RAIS e as variações do emprego industrial segundo a PIM-DG do IBGE são passíveis de várias explicações. Do ponto de vista da RAIS, não se exclui a possibilidade de diferenças de cobertura ao longo do tempo. Entre outros aspectos, porque: (i) a RAIS registra mais admissões do que desligamentos; (ii) os estabelecimentos que iniciam suas atividades tendem a ser mais representados (registram mais fielmente as admissões) do que os que encerram suas atividades. Além disso, como mencionado, o CAGED tem menor cobertura que a RAIS. Logo, a junção das duas pesquisas, como fizemos no exercício comparando junho de 1997 com junho de 1999, pode resultar em vieses[22].

No entanto, se, como parece óbvio, a tendência for no sentido de aumento da cobertura com o passar do tempo, as divergências com os resultados do IBGE ficariam menos acentuadas. Resta ainda a alternativa de erros sistemáticos de classificação na RAIS, de tal forma que progressivamente se classifique como industrial uma mão de obra que não o é. Será possível? É pouco provável.

Do ponto de vista dos dados do IBGE, uma possibilidade é que a amostra da PIM-DG seja mais representativa dos estabelecimentos de maior porte relativamente aos de menor porte. Note que uma característica do desempenho industrial nos anos 90 é a redução dos níveis de emprego nos estabelecimentos grandes superior à dos estabelecimentos de menor porte.

Esta afirmativa foi recentemente confirmada por Sheila Najberg[23], usando dados da RAIS para os anos de 1990 a 1997 cobrindo todo o setor formal da economia: o trabalho mostra que houve, inclusive, geração líquida de empregos nos estabelecimentos de pequeno porte e perda nos de médio e grande porte na economia como um todo no período analisado. Presumivelmente, o mesmo caracteriza a indústria – talvez até com maior razão.

20
De passagem, é interessante notar que presentemente, pelos dados da RAIS, o emprego industrial em Minas Gerias supera amplamente o do Rio de Janeiro: 509 contra 327 mil em 30/6/1999. Aliás, o Rio Grande do Sul, com cerca de 472 mil postos em junho de 1999, era o terceiro estado brasileiro em termos de emprego industrial, à frente do Rio e logo atrás de Minas. Paraná e Santa Catarina, com cerca de 324 mil empregos cada, aproximam-se rapidamente do Rio de Janeiro. Em todos estes casos, exceto Rio de Janeiro, a parcela principal do emprego estadual localiza-se fora da Região Metropolitana.

21
Ainda assim, a diferença entre as taxas de redução do emprego na RM e no interior é pequena: 5,2% e 7,1%.

22
Novamente, devo este ponto a Alfonso Arias.

23
Conforme seu "A Dinâmica Recente do Emprego Formal no Brasil", com Paulo André de Souza de Oliveira. BNDES, preliminar, sem data.

Se essa tendência for confirmada para a indústria, ela pode ter causado a maior parte da diferença entre os dados da RAIS e do IBGE (se este último órgão estiver, de fato, viesando sua pesquisa de emprego industrial em favor dos estabelecimentos de médio e grande porte). Ironicamente, no entanto, quando a discussão se transporta para as implicações dos ganhos de produtividade para a competitividade da produção manufatureira, este viés pode até ser útil. Explicando melhor: na hipótese de que o IBGE esteja de fato investigando apenas o segmento de indústrias de maior porte, modernas e, presumivelmente exportadoras, a evolução da produtividade destas é que importa para avaliar a competitividade da produção. Sabidamente, é nessas indústrias de maior porte que tendem a se concentrar os ganhos de produtividade e, por extensão, de competitividade. Os resultados seriam, nesta hipótese, representativos deste segmento mais dinâmico. E embora não representativos da indústria como um todo, permitem não só conciliar pelo menos parte das divergências encontradas como, também, que se disponha de uma medida dos ganhos de produtividade do segmento mais perene, moderno e de alta produtividade da indústria. Mas a verificação desta hipótese também transcende, e muito, o âmbito desta modesta nota.

Para finalizar, resta-nos agradecer a Sabóia pelos resultados que motivaram este pequeno estudo – e, especialmente, pela contribuição que sua pesquisa adianta para as questões do desempenho do emprego, das tendências da desconcentração industrial, e dos ganhos de produtividade da indústria nesta década. Sua pesquisa não só justificou esta nota como também, e principalmente, lançou indagações que talvez permitam avançar na direção de conhecer com segurança quais têm sido as tendências do emprego e da produtividade industrial no Brasil nessa década – tema menos consensual, nos dias que correm, do que o Consenso de Washington.

ANEXO 1

INDÚSTRIA GERAL: EMPREGO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1995 E 31 DE DI E VARIAÇÃO PERCENTUAL – BRASIL, ESTADOS, DEZ REGIÕES METI MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS E RESTANTE DOS ESTADOS (INTERIOR).

(Fontes: RAIS 1995 e RAIS 1997; ver texto)

BRASIL			
	Dez/95	**Dez/97**	**Variação %**
Estados	**5.006.494**	**4.806.158**	**-4,00%**
Capitais e RM	**2.411.744**	**2.212.868**	**-8,25%**
Interior	**2.594.750**	**2.593.290**	**-0,06%**

Região/Estado	**Dez/95**	**Dez/97**	**Variação %**
NORTE			
Estados	**129.134**	**135.203**	**4,70%**
Capitais e RM	**76.282**	**76.679**	**0,52%**
Interior	**52.852**	**58.524**	**10,73%**
Rondônia			
Estado	12720	17639	38,67%
Porto Velho	1781	2487	39,64%
Interior	10939	15152	38,51%
Acre			
Estado	2107	2681	27,24%
Rio Branco	1879	2159	14,90%
Interior	228	522	128,95%
Amazonas			
Estado	55737	55094	-1,15%
Manaus	51211	50341	-1,70%
Interior	4526	4753	5,02%
Roraima			
Estado	751	1033	37,55%
Boa Vista	742	982	32,35%
Interior	9	51	466,67%
Pará			
Estado	52984	53471	0,92%
Belém (RM)	19499	19485	-0,07%
Interior	33485	33986	1,50%
Tocantins			
Estado	2785	4054	45,57%
Palmas	250	578	131,20%
Interior	2535	3476	37,12%
Amapá			
Estado	2050	1231	-39,95%
Macapá	920	647	-29,67%
Interior	1130	584	-48,32%

Região/Estado	Dez/95	Dez/97	Variação %
NORDESTE			
Estados	**551.390**	**552.181**	**0,14%**
Capitais e RM	**278.638**	**276.695**	**-0,70%**
Interior	**272.752**	**275.486**	**1,00%**
Maranhão			
Estado	20728	20781	0,26%
São Luís	8331	7615	-8,59%
Interior	12397	13166	6,20%
Piauí			
Estado	16777	17181	2,41%
Teresina	11005	11705	6,36%
Interior	5772	5476	-5,13%
Ceará			
Estado	105428	116970	10,95%
Fortaleza (RM)	84095	84598	0,60%
Interior	21333	32372	51,75%
Rio Grande do Norte			
Estado	35504	40003	12,67%
Natal	9819	11492	17,04%
Interior	25685	28511	11,00%
Paraíba			
Estado	40343	41464	2,78%
João Pessoa	11330	11280	-0,44%
Interior	29013	30184	4,04%
Pernambuco			
Estado	150566	135816	-9,80%
Recife (RM)	77266	78302	1,34%
Interior	73300	57514	-21,54%
Alagoas			
Estado	63932	64337	0,63%
Maceió	15087	13018	-13,71%
Interior	48845	51319	5,07%
Sergipe			
Estado	19435	21859	12,47%
Aracaju	8394	11433	36,20%
Interior	11041	10426	-5,57%
Bahia			
Estado	98677	93770	-4,97%
Salvador (RM)	53311	47252	-11,37%
Interior	45366	46518	2,54%

Região/Estado	Dez/95	Dez/97	Variação %
SUL-SUDESTE			
Estados	**4.179.695**	**3.945.620**	**-5,60%**
Capitais e RM	**2.016.521**	**1.815.359**	**-9,98%**
Interior	**2.163.174**	**2.130.261**	**-1,52%**
SUDESTE			
Estados	**3.055.788**	**2.823.750**	**-7,59%**
Capitais e RM	**1.683.845**	**1.496.428**	**-11,13%**
Interior	**1.371.943**	**1.327.322**	**-3,25%**
Minas Gerais			
Estado	492900	507673	3,00%
Belo Horizonte (RM)	169429	171773	1,38%
Interior	323471	335900	3,84%
Espírito Santo			
Estado	66545	67931	2,08%
Vitória (RM)	34024	37111	9,07%
Interior	32521	30820	-5,23%
Rio de Janeiro			
Estado	394172	343859	-12,76%
RJ (RM)	289341	250324	-13,48%
Interior	104831	93535	-10,78%
São Paulo			
Estado	2102171	1904287	-9,41%
São Paulo (RM)	1191051	1037220	-12,92%
Interior	911120	867067	-4,84%
SUL			
Estados	1.123.907	1.121.870	-0,18%
Capitais e RM	332.676	318.931	-4,13%
Interior	791.231	802.939	1,48%
Paraná			
Estado	305349	326999	7,09%
Curitiba (RM)	114557	118151	3,14%
Interior	190792	208848	9,46%
Santa Catarina			
Estado	335693	326603	-2,71%
Florianópolis	4088	5587	36,67%
Interior	331605	321016	-3,19%
Rio Grande do Sul			
Estado	482865	468268	-3,02%
Porto Alegre (RM)	214031	195193	-8,80%
Interior	268834	273075	1,58%

Região/Estado	Dez/95	Dez/97	Variação %
Centro-Oeste			
Estados	**146.275**	**173.154**	**18,38%**
Capitais e RM	**40.303**	**44.135**	**9,51%**
Interior	**87.998**	**109.834**	**24,81%**
Mato-Grosso			
Estado	23531	27538	17,03%
Campo Grande	6785	7212	6,29%
Interior	16746	20326	21,38%
Mato-Grosso do Sul			
Estado	35584	44363	24,67%
Cuiabá	6368	6664	4,65%
Interior	29216	37699	29,04%
Goiás			
Estado	69186	82068	18,62%
Goiânia	27150	30259	11,45%
Interior	42036	51809	23,25%
Distrito Federal			
DF	17974	19185	6,74%

ANEXO 2

INDÚSTRIA GERAL: EMPREGO EM 30 DE JUNHO DE 1997 E 30 DE JU VARIAÇÃO PERCENTUAL – BRASIL, ESTADOS, DEZ REGIÕES METRC MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS E RESTANTE DOS ESTADOS (INTERIOR).

(Fonte: RAIS 1996, complementada pelo CAGED, Janeiro de 1997 a Junho de 1999; ver te

BRASIL			
	Jun/97	**Jun/99**	**Variação %**
Estados	**4.933.023**	**4.666.131**	**-5,41%**
Capitais e RM	**2.223.971**	**2.042.114**	**-8,18%**
Interior	**2.709.052**	**2.624.017**	**-3,14%**

Região/Estado	**Jun/97**	**Jun/99**	**Variação %**
NORTE			
Estados	**137.506**	**128.962**	**-6,21%**
Capitais e RM	**80.471**	**70.008**	**-13,00%**
Interior	**57.035**	**58.954**	**3,36%**
Rondônia			
Estado	16496	18663	13,14%
Porto Velho	2521	2633	4,44%
Interior	13975	16030	14,70%
Acre			
Estado	2641	2697	2,12%
Rio Branco	2145	2120	-1,17%
Interior	496	577	16,33%
Amazonas			
Estado	58506	46596	-20,36%
Manaus	53938	42353	-21,48%
Interior	4568	4243	-7,11%
Roraima			
Estado	986	1021	3,55%
Boa Vista	914	975	6,67%
Interior	72	46	-36,11%
Pará			
Estado	54913	55005	0,17%
Belém (RM)	20327	21054	3,58%
Interior	34586	33951	-1,84%
Tocantins			
Estado	3964	4980	25,63%
Palmas	626	873	39,46%
Interior	3338	4107	23,04%
Amapá			
Estado	1062	1425	34,18%
Macapá	557	777	39,50%
Interior	505	648	28,32%

Região/Estado	Jun/97	Jun/99	Variação %
NORDESTE			
Estados	**525.447**	**507.139**	**-3,48%**
Capitais e RM	**270.185**	**263.854**	**-2,34%**
Interior	**255.262**	**243.285**	**-4,69%**
Maranhão			
Estado	20248	20660	2,03%
São Luís	546	911	66,85%
Interior	19702	19749	0,24%
Piauí			
Estado	17472	16581	-5,10%
Teresina	12238	10973	-10,34%
Interior	5234	5608	7,15%
Ceará			
Estado	112610	122413	8,71%
Fortaleza (RM)	84219	84938	0,85%
Interior	28391	37475	32,00%
Rio Grande do Norte			
Estado	38544	42126	9,29%
Natal	10410	13992	34,41%
Interior	28134	28134	0,00%
Paraíba			
Estado	39544	37813	-4,38%
João Pessoa	11970	11901	-0,58%
Interior	27574	25912	-6,03%
Pernambuco			
Estado	128214	110788	-13,59%
Recife (RM)	78090	70937	-9,16%
Interior	50124	39851	-20,50%
Alagoas			
Estado	55405	38061	-31,30%
Maceió	12520	8816	-29,58%
Interior	42885	29245	-31,81%
Sergipe			
Estado	21925	20366	-7,11%
Aracaju	13212	13122	-0,68%
Interior	8713	7244	-16,86%
Bahia			
Estado	91485	98331	7,48%
Salvador (RM)	46980	48264	2,73%
Interior	44505	50067	12,50%

Região/Estado	Jun/97	Jun/99	Variação %
SUL-SUDESTE			
Estados	**4.085.589**	**3.835.201**	**-6,13%**
Capitais e RM	**1.853.723**	**1.684.356**	**-9,14%**
Interior	**2.231.866**	**2.150.845**	**-3,63%**
SUDESTE			
Estados	**2.922.624**	**2.713.604**	**-7,15%**
Capitais e RM	**1.527.256**	**1.374.803**	**-9,98%**
Interior	**1.395.368**	**1.338.801**	**-4,05%**
Minas Gerais			
Estado	517731	508651	-1,75%
Belo Horizonte (RM)	172768	157234	-8,99%
Interior	344963	351417	1,87%
Espírito Santo			
Estado	70675	68782	-2,68%
Vitória (RM)	31597	31177	-1,33%
Interior	39078	37605	-3,77%
Rio de Janeiro			
Estado	347445	327488	-5,74%
RJ (RM)	249492	236438	-5,23%
Interior	97953	91050	-7,05%
São Paulo			
Estado	1986773	1808683	-8,96%
São Paulo (RM)	1073399	949954	-11,50%
Interior	913374	858729	-5,98%
SUL			
Estados	**1.162.965**	**1.121.597**	**-3,56%**
Capitais e RM	**326.467**	**309.553**	**-5,18%**
Interior	**836.498**	**812.044**	**-2,92%**
Paraná			
Estado	338546	324485	-4,15%
Curitiba (RM)	118749	114097	-3,92%
Interior	219797	210388	-4,28%
Santa Catarina			
Estado	336202	324776	-3,40%
Florianópolis	5521	5847	5,90%
Interior	330681	318929	-3,55%
Rio Grande do Sul			
Estado	488217	472336	-3,25%
Porto Alegre (RM)	202197	189609	-6,23%
Interior	286020	282727	-1,15%

Região/Estado	Jun/97	Jun/99	Variação %
Centro-Oeste			
Estados	**184.481**	**194.829**	**5,61%**
Capitais e RM	**19.592**	**23.896**	**21,97%**
Interior	**146.525**	**151.342**	**3,29%**
Mato-Grosso			
Estado	30272	30046	-0,75%
Campo Grande	7149	8364	17,00%
Interior	23123	21682	-6,23%
Mato-Grosso do Sul			
Estado	48025	54817	14,14%
Cuiabá	6603	6987	5,82%
Interior	41422	47830	15,47%
Goiás			
Estado	87820	90375	2,91%
Goiania	5840	8545	46,32%
Interior	81980	81830	-0,18%
Distrito Federal			
DF	18364	19591	6,68%